



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

PRÁTICAS COOPERATIVAS COMO EXERCÍCIO DA LIBERDADE NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO¹

Ana Righi Cenci², Walter Frantz³.

¹ Pesquisa vinculada ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da UNIJUI.

² Bolsista PIBIC/CNPq. Estudante dos Cursos de Graduação em Direito e Sociologia da UNIJUI.
anarc1@gmail.com.

³ Professor Orientador: Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais. Integrante da Linha de Pesquisa Educação Popular em Movimentos e Organizações Sociais. w.frantz@uol.com.br.

Resumo

A pesquisa “Práticas Cooperativas como Exercício da Liberdade no Processo de Desenvolvimento” analisa os conceitos de desenvolvimento, cooperação e liberdade e os vínculos entre estes, com ênfase na contribuição das práticas cooperativas e educativas para o processo de desenvolvimento local. Tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e documental. O trabalho justifica-se pela necessidade de, diante do contexto de crise do modelo de produção capitalista e do colapso dos sistemas socialistas, estudar alternativas que permitam o desenvolvimento e o exercício da liberdade dos seres humanos. A cooperação – e o cooperativismo, especificamente – é uma prática alternativa que, num cenário marcado por desigualdades de todas as ordens, pode conduzir a relações solidárias, marcadas pelo auxílio mútuo e pelo respeito à individualidade, em substituição à concorrência e ao individualismo habituais. O cooperativismo é, portanto, uma alternativa para a busca de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, no qual o homem assuma a centralidade do processo produtivo.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Cooperativismo. Trabalho. Liberdade.

Introdução

A contemporaneidade tem sido definida, correntemente, como um tempo de “liquidez” – a exemplo do que afirmam, entre outros, Bauman (2001) e Wallerstein (2006)-, de fragilização e questionamento dos projetos sociais, econômicos e culturais traçados na modernidade. Entre os conceitos que, em função disso, são redimensionados, está o de desenvolvimento, que, até pouco tempo, era trabalhado como sendo correspondente ao crescimento econômico. A evolução científica propiciada pelo capitalismo e a priorização do mercado financeiro não foram suficientes para levar a maioria da população mundial a uma condição de bem-estar social, de qualidade de vida. Pelo contrário, inclusive, o capitalismo produziu condições de extrema desigualdade e – ironicamente - negou o acesso da maioria das pessoas à liberdade, além de, historicamente, estabelecer e disseminar valores como a concorrência e o individualismo.





Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

Por outro lado, o modelo socialista tampouco foi capaz de permitir a concretização da liberdade humana, devido à centralização dos espaços de poder e à limitação dos desejos do homem. Se o sistema capitalista supervalorizou a dimensão individual, dando a ela um aspecto egoísta, as experiências socialistas negaram a identidade do ser humano, reduzindo-o unicamente ao lugar de membro de uma coletividade.

Assim, nenhum dos sistemas econômicos vigentes na modernidade foi capaz de proporcionar à maior parte da humanidade uma boa qualidade de vida. O desenvolvimento, segundo Amartya Sen – cuja concepção é compartilhada por essa pesquisa – está vinculado justamente à qualidade de vida e à liberdade, que é, ao mesmo tempo, o próprio desenvolvimento e o instrumento para sua busca. Sen (2000) elenca cinco tipos de liberdades, cujo exercício é imprescindível para a existência do desenvolvimento, quais sejam: 1) liberdades políticas, 2) facilidades econômicas, 3) oportunidades sociais, 4) garantias de transparência e 5) segurança protetora.

O movimento cooperativista pode se constituir, nesse contexto, conforme defende Frantz (2003), não como uma terceira via, mas como um instrumento capaz de devolver “aos indivíduos o espaço da participação, da decisão solidária e responsável no encaminhamento da produção e distribuição de riquezas”. Consiste numa possibilidade de atribuir ao homem o lugar central no trabalho e na economia, em detrimento do capital, supervalorizado na lógica capitalista e nas sociedades empresariais tradicionais. A cooperação pressupõe a solidariedade, o auxílio-mútuo, a gestão democrática e o reflexo da economia sobre outros aspectos da vida humana, para além da sobrevivência material.

Nesse sentido, a presente pesquisa objetiva observar e discutir as possibilidades e as limitações da cooperação – e das sociedades cooperativas, que representam a sua concretização prática, em termos de economia – enquanto instrumento de construção da liberdade humana e, conseqüentemente, da busca do desenvolvimento.

Metodologia

A metodologia utilizada na realização da pesquisa cinge-se à pesquisa bibliográfica e documental.

Resultados e Discussão

O desenvolvimento é um fenômeno social complexo, vinculado, principalmente, ao trabalho humano e à relação do homem com o meio em que vive. Sua definição não se limita, como correntemente se aduz, a índices fixos (tal como o índice de renda per capita), que buscam demonstrar “níveis” e “modelos” de desenvolvimento. De acordo com o sociólogo Immanuel Wallerstein, a modernidade produziu um “mito organizador” baseado no conceito de progresso, ou seja, construiu perspectivas à história da humanidade a partir de uma mudança intelectual que substituiu concepções cíclicas da mudança societária por uma concepção que gira em torno da ideia de progresso. O progresso humano era julgado, se não inevitável, ao menos altamente provável; supunha-se ainda que fosse mais ou menos contínuo, isto é, sequencial. (...) Esse relato particular [progresso como orientador da história da humanidade]



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

está tão profundamente arraigado, ainda hoje, em nossa linguagem e percepção popular e acadêmica do mundo que não é submetido a uma análise séria. (WALLERSTEIN, 2006, p. 64-65) (grifos meus).

Tal contexto conduziu, segundo o mesmo autor, à ideia, adotada pelas distintas – e divergentes - correntes intelectuais (marxistas, liberais, conservadores), de que um país “atrasado” pode vencer seu atraso através da imitação das nações que já alcançaram “estágios mais avançados”. Daí decorre a ideia de “modelos” de desenvolvimento, que orientou as políticas de todos os Estados ocidentais durante a modernidade, em busca dos mesmos resultados (sobretudo financeiros) alcançados pelos países europeus e pelos Estados Unidos da América após as Revoluções Industrial e Americana.

O mito organizador diagnosticado por Wallerstein, contudo, tem sido, aos poucos, questionado por teóricos e por movimentos antissistêmicos que enxergam a fragilidade das perspectivas oferecidas por essa teoria e as disparidades sociais (não só entre Estados, mas a nível mundial, em termos de sociedade) promovidas pelo capitalismo e pela “busca do progresso”. O mesmo sociólogo afirma que os Estados sequer podem ser definidos como os atores protagonistas do processo de desenvolvimento, já que os mesmos estão, assim como qualquer outro sujeito histórico, submetidos à lógica do sistema capitalista, que significa, sinteticamente, a busca incessante pelo lucro incalculável que o acúmulo de riquezas pode proporcionar.

Esvaem-se, por estas razões, também as concepções do desenvolvimento como um caminho linear que conduz, necessariamente, a um mesmo lugar. As classificações que segregam os países entre “desenvolvidos” e “subdesenvolvidos”, por exemplo, perdem o sentido à medida em que o “desenvolvimento” toma novos contornos e é divorciado da correspondência estrita com a ideia de progresso, já que o que estes termos querem significar não passa de uma referência a países “ricos” e “pobres”, respectivamente.

Amartya Sen, economista indiano e ex-presidente do Banco Mundial, define o desenvolvimento como o processo de conquista de liberdades – ou seja, a “eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, 2000, p. 10), entendida esta como a possibilidade de determinar suas ações de acordo com seus próprios valores e objetivos. A riqueza financeira, na perspectiva adotada por Sen, possui, assim, uma importância instrumental na busca pela qualidade de vida e pela liberdade dos sujeitos, de modo que a acumulação de riquezas perde o lugar de “finalidade” do desenvolvimento, que lhe atribuem as teorias progressistas.

O autor, confrontando dados relativos à expectativa de vida, lembra que as pessoas mais ricas não vivem, necessariamente, por exemplo, mais tempo ou melhor, razão pela qual a relevância da renda para a ampliação da liberdade depende de aspectos circunstanciais (a quantidade de riquezas não pode, definitivamente, ser analisada como fator isolado). Afirma que é particularmente interessante comparar as perspectivas de sobrevivência dos afro-americanos com as dos chineses ou dos indianos de Kerala, muito mais pobres. Os afro-americanos tendem a sair-se melhor em termos de sobrevivência nas faixas etárias mais baixas



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

(especialmente no aspecto da mortalidade infantil) em comparação com os chineses ou os indianos, mas o quadro muda ao longo dos anos. (...) Portanto, o fato não é apenas que os negros americanos sofrem uma privação relativa em termos de renda per capita em contraste com os americanos brancos, mas também que eles apresentam uma privação absoluta maior do que a dos indianos de Kerala, que têm baixa renda (tanto homens quanto mulheres), e que os chineses (no caso dos homens), no aspecto de viver até idades mais avançadas. (SEN, 2000, p. 37).

O desenvolvimento consiste, portanto, em um processo histórico, condicionado por fatores provisórios, de âmbito local e global. Logo, sua análise e compreensão devem estar baseadas em análises empíricas e particulares – e não com a pretensão de enquadrar realidades sociais extremamente distintas em teorias que propagam modelos de desenvolvimento de forma indistinta. Não se trata, é claro, de desvincular completamente o acesso à renda e as condições de vida dos sujeitos, mas de compreender que a qualidade de vida não depende unicamente desse critério, sendo possível melhorar muitos aspectos das liberdades humanas sem precisar, primeiro, enriquecer.

A liberdade, nesse contexto, na concepção do autor, é compreendida numa perspectiva, ao mesmo tempo instrumental e constitutiva, como a possibilidade de viver em uma sociedade democrática, gozando de direitos políticos, tendo acesso a oportunidades sociais, tendo segurança e transparência garantidas, além de facilidades econômicas. Essas liberdades são não só o meio, mas também o fim primordial do processo de desenvolvimento – Sem (2000, p. 52) explicita que entende “o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam”.

É importante notar que a perspectiva da liberdade conduz a uma análise interessante, no sentido de que, comumente, o sistema capitalista - com ênfase para o liberalismo econômico – é entendido como o garantidor das liberdades individuais. Contrariamente, na perspectiva adotada por esta pesquisa, a concorrência e a busca incessante pelo lucro são justamente os limitadores das liberdades individuais. Isso porque a “liberdade, igualdade e fraternidade” opostas ao feudalismo, em defesa do capitalismo, culminaram em um postura absentista por parte do Estado – como se a não intromissão nos assuntos particulares fosse suficiente para garantir a liberdade individual.

A perspectiva da liberdade como meio e fim do desenvolvimento requer, por outro lado, uma conduta afirmativa do Estado, garantidor ativo das liberdades civis, políticas e sociais – além de mero não interventor. Wallerstein, ironicamente, conceitua a Revolução Francesa como primeiro movimento antissistêmico ao capitalismo, nos seguintes termos:

Liberdade, igualdade, fraternidade é um slogan não contra o feudalismo, mas contra o capitalismo. Essas palavras constituem a imagem de uma ordem social diferente da nossa, uma ordem social que algum dia poderá ser construída. (WALLERSTEN, 2000, p. 93).(grifo meu).

Finalmente, a cooperação – e o cooperativismo, especificamente – é uma prática alternativa que, num contexto marcado por desigualdades de todas as ordens, pode conduzir a relações solidárias, marcadas pelo auxílio mútuo, pelo respeito à individualidade e pelo altruísmo, ao



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico

Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

invés da concorrência e do individualismo. O cooperativismo é, assim, uma alternativa para a busca de um desenvolvimento equilibrado e sustentável, no qual o homem seja o centro do processo produtivo, e não o capital e a busca frenética pelo lucro financeiro.

Nesse sentido, o cooperativismo diverge das práticas capitalistas tanto no aspecto valorativo quanto em termos práticos. A solidariedade e a cooperação mútua, princípios elementares do cooperativismo, requerem a superação da competitividade desmesurada em busca do lucro financeiro. Da mesma forma, a implementação de práticas democráticas no cotidiano da vida e, principalmente, em entidades com finalidades econômicas, exige a renúncia das hierarquias e autoritarismos típicos das empresas tradicionais.

Observa-se que as sociedades empresariais brasileiras são “sociedades de capital”, o que equivale a dizer que sua atuação, bem como a de seus sócios, internamente, dá-se em decorrência do número de cotas ou ações que cada um possui. As sociedades cooperativas, por outro lado, são sociedades de pessoas, que priorizam o trabalho humano e a participação democrática e igualitária de seus sócios – o compromisso de cada um para com a entidade coletiva advém não da participação societária individual, e sim da responsabilidade para com os interesses coletivos.

Conclusões

A pesquisa, até o presente momento, prestou-se à análise conceitual e à elaboração de relações entre os conceitos estudados. A cooperação e, mais especificamente, o cooperativismo, pode ser entendida como uma alternativa na busca do desenvolvimento e da liberdade humana.

É importante que as práticas cooperativas não sejam percebidas como uma possibilidade apenas para quem vivencia uma situação de exclusão da sociedade capitalista, uma vez que, mais do que a possibilidade de sobrevivência econômica, a cooperação visa estabelecer relações mais solidárias, democráticas e livres. Tal contexto interessa não só a quem não possui grandes oportunidades de crescimento econômico, mas a qualquer ser humano, na condição de ser histórico e social.

O desenvolvimento, no mundo contemporâneo, frente a tudo que já foi mencionado no presente resumo, é entendido por Wallerstein como um “princípio orientador” das políticas nacionais (p. 144). Tal desenvolvimento, a meu ver, deve ser buscado através da conquista e da consolidação de liberdades, as quais devem ser incumbência tanto dos Estados quanto dos indivíduos e da sociedade civil organizada. É fundamental que o processo de conquista das liberdades também seja protagonizado por quem delas se beneficia, a fim de que não se consolidem práticas assistencialistas e políticas públicas verticais, as quais, ao invés de contribuir para a liberdade e o desenvolvimento, aprisionam ainda mais os sujeitos, vinculando-os fortemente ao poder estatal.

O exercício do poder de forma vertical é também um risco quando as práticas cooperativas, pervertidas pela lógica capitalista de acúmulo de capital, são utilizadas, inadequadamente, com objetivos estritamente financeiros. Garantir a incoerência desses desvios não é tarefa fácil e só pode ser realizada com o fortalecimento dos vínculos das cooperativas com a ideologia e os princípios que, historicamente, orientam o cooperativismo.



Modalidade do trabalho: Ensaio teórico
Evento: 2011 SIC - XIX Seminário de Iniciação Científica

Agradecimentos

Agradeço à UNIUI – Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – pelo financiamento da presente pesquisa, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.

Referências

- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade Líquida. Trad. Plínio Dentzler. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2001.
- FRANTZ, Walter. Educação para o cooperativismo: a experiência do Movimento Comunitário de Base de Ijuí. In: SCHNEIDER, José Odelso (org.). Educação cooperativa e suas práticas. Brasília, DF: SESCOOP, 2003, p. 59-108.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.
- WALLERSTEIN, Immanuel. Impensar a ciência social: os limites dos paradigmas do século XIX. Trad. Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2006.